PODER

Governo emite sinais opostos sobre petróleo

Na mesma semana, Executivo divulga compromissos para a redução dos combustíveis fósseis e projeção de aumento na produção de petróleo e gás até 2030. Lula diz que levará à COP31 proposta para que mundo leve a sério a diminuição da dependência dos produtos

» VICTOR CORREIA

Na mesma semana em que o governo federal divulgou o Mapa do Caminho para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis no Brasil e no mundo, também publicou uma estimativa de que a produção de petróleo chegará a 4,9 milhões de barris por dia até 2035, crescimento de 30% em 10 anos. A contradição marcou a presidência brasileira da COP30, realizada em Belém, no ano passado — as atividades do evento, inclusive, encerram-se somente agora, com a COP31 começando na semana que vem, na Turquia.

Na quinta-feira, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) publicaram o caderno de produção de petróleo e gás natural do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE). O plano é divulgado anualmente e traz projeções sobre o mercado energético brasileiro em um período de 10 anos.

Pela projeção, a produção diária de petróleo atingirá 5 milhões de barris em 2028. Depois, deve permanecer nesse patamar, atingindo 4,9 milhões em 2035. Em 2025, a média foi de 3,7 milhões. A extração de gás natural deve crescer mais ainda: de 179 milhões de metros cúbicos por dia em 2025 para 308 milhões em 2035, salto de 72%, na produção bruta.

Para manter esse ritmo, o estudo prevê investimentos da ordem de R$ 2,4 trilhões entre 2027 e 2036 em exploração e produção (E&P), sendo a maior parte do valor destinada à instalação de 29 novas plataformas marítimas.

O plano defende a necessidade de novas descobertas e perfurações. "A sustentação da trajetória de produção projetada para petróleo e gás natural dependerá da continuidade dos investimentos em E&P, da reposição das reservas produzidas, da realização de novas descobertas e da conversão de recursos potenciais em reservas efetivamente produzíveis", diz o documento.

Resolução

Ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou uma resolução com 18 diretrizes para a construção do Mapa do Caminho brasileiro. Porém, o documento, que deve trazer compromissos concretos para a redução dos combustíveis fósseis, só será divulgado daqui a 270 dias.

Antes disso, na terça-feira, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago; o ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco; a ex-ministra e deputada federal Marina Silva (Rede-SP); e outras autoridades lançaram duas propostas para que os outros países produzam seus próprios Mapas do Caminho para 2033, que tratam da redução dos combustíveis fósseis e do desmatamento.

O Mapa traz linhas gerais sobre como os países, principalmente, podem atuar para atingir objetivos já definidos pelos fóruns internacionais. A ideia é que cada nação avalie sua própria dependência dos combustíveis fósseis e trace planos para reduzi-la.

O Brasil propôs um "mutirão": até 2028, os países devem elaborar seus planos e compromissos de longo prazo, além de reduzir emissões. Até 2030, devem investir em uma matriz energética sustentável. E, até 2033, reduzir a oferta de petróleo e derivados. "Transicionar para longe dos combustíveis fósseis é inevitável e já começou, mesmo que os países comecem de posições muito diferentes", diz o documento.

Há contradição entre as posições do governo divulgadas esta semana. Mesmo defendendo a redução da oferta de combustíveis fósseis até 2033, a projeção é de alta na produção, ao menos, até 2035.

O governo federal defende o aumento da exploração de petróleo desde o início do atual mandato, pressionando politicamente pela perfuração de poços na **Margem Equatorial**, próximos à Foz do Amazonas, apesar da resistência de técnicos do Ibama por conta dos riscos ambientais. A licença foi concedida, inclusive, a pouco menos de um mês da COP30, gerando uma nuvem sobre as negociações e piorando a percepção do evento e da política ambiental brasileira.

A coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, destaca que, apesar do avanço importante do governo na área ambiental, o setor energético ainda manda sinais contraditórios. "O Brasil tem assumido uma liderança internacional para buscar propostas para a descarbonização. Mas, internamente, as movimentações têm sido em geral na direção da expansão de combustíveis fósseis. Petróleo e gás, principalmente", diz.

Ela avalia que o aumento da produção do petróleo não faz sentido para abastecimento interno, já que o país exporta óleo bruto. Suely critica, ainda, a demora de 270 dias para a divulgação dos compromissos concretos do país. "Ele (o governo) fala em transição, mas o que está fazendo é uma adição de fontes energéticas. Incentiva renováveis, atira para todos os lados. Mas a transição efetiva impõe a substituição de fontes fósseis, e isso não está ocorrendo", frisa a coordenadora.

> **Vamos chegar com muita força a esta COP31. Vamos chegar dizendo o que nós fizemos e, com o que nós fizemos, podemos desafiar os outros a fazerem. Vamos à COP31 com proposta para que o mundo leve a sério a redução de dependência de petróleo"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

Autorização para perfurar

No ano passado, a Petrobras recebeu o aval do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para perfurar na Margem Equatorial, e a confirmação veio já em agosto deste ano, com a descoberta no poço exploratório Morpho, a cerca de 175km da costa do Amapá.

Estratégias para a renovação

O novo plano, que integra a Política Nacional de Transição Energética (PNTE), estabelece diretrizes e ações do governo federal para atingir as metas de redução das emissões de carbono e segurança para a energia, alinhadas com o desenvolvimento.

PLANO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (PLANTE) RESOLUÇÃO CNPE Nº 5/2024

O QUE É?
- Um documento que reúne e organiza as ações do governo para orientar a transformação da matriz energética brasileira.

OBJETIVO
- Conciliar sustentabilidade ambiental, segurança energética, desenvolvimento econômico e inclusão social.

Dois volumes do plano:
- Visão estratégica de longo prazo;
- Detalhes dos ciclos de implementação (4 anos para cada ciclo)

CONSULTA PÚBLICA
- Contribuições da sociedade ajudaram a construir o Plante. Foram mais de 1,4 mil sugestões que resultaram em mais de 400 ajustes.

GT PLANTE
- Grupo de trabalho que será coordenado pelo MME, com o objetivo de acompanhar a implementação e o monitoramento do plano.



OUTRAS MEDIDAS APROVADAS PELO CNPE:

ELETROMOBILIDADE
- Grupo de Trabalho de Eletromobilidade, que será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e terá a missão de subsidiar a formulação de uma Estratégia Nacional de Eletromobilidade.

DADOS ENERGÉTICOS
- Estratégia Nacional de Dados Energéticos (ENDE) 2027–2031 foi instituída para fortalecer a governança, a integração, a padronização e o uso estratégico das informações do setor energético brasileiro.

RESÍDUOS
- Criação do Grupo de Trabalho de Valorização Energética de Resíduos (GT-VER), também coordenado pelo MME, para avaliar os aspectos legais, regulatórios, econômicos e tecnológicos relacionados ao aproveitamento energético de resíduos e propor medidas para o desenvolvimento do setor no país.

GÁS DO POVO
- Resolução nº 3/2026, que estabelece diretrizes para o mercado de gás liquefeito de petróleo (GLP) no contexto do Programa Gás do Povo.

Fonte: Ministério de Minas e Energia (MME), governo federal

Medidas para a transição energética

» RAPHAEL PATI

A poucos dias do início da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), em Antália, na Turquia, o governo brasileiro anunciou uma série de medidas relacionadas à segurança e à transição energética do país.

As cinco novas resoluções foram anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião de ontem do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que também contou com ministros envolvidos direta ou indiretamente com o tema.

As medidas fazem parte do Mapa do Caminho, que será apresentado pelo Brasil na COP para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Entre 2022 e 2024, o país conseguiu reduzir em 27% as emissões, o que corresponde a um volume de 560 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Diante disso, a matriz energética brasileira alcançou 49,5% de fontes renováveis em 2025, bem acima da média global de 14,5%, registrada em 2023, segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN).

Na reunião de ontem, uma das iniciativas aprovadas foi o Plano Nacional de Transição Energética, que ganhou a sigla Plante e faz parte das políticas nacionais voltadas para o tema, aprovadas ainda em 2024. O objetivo do documento é reunir em um único texto, com dois volumes, as ações do governo para orientar a transformação da matriz energética nacional. No primeiro capítulo do plano, é apresentada a visão estratégica de longo prazo, enquanto que os detalhes sobre os ciclos de implementação são descritos na segunda parte.

Conforme o Plante, a implementação dessas estratégias ocorrerá em ciclos de quatro anos, o que, segundo o governo, visa aprimorar o acompanhamento e a atualização periódica dessas ações. "Com isso, os investidores ganham segurança institucional, e o governo preserva a flexibilidade para responder às transformações econômicas e tecnológicas", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O texto está alinhado ao Plano Nacional de Energia (PNE) 2055 e ao Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE).

Ricardo Stuckert



Lula durante a reunião do CNPE: "A gente vai levar adiante o debate"

> **Não há de se falar em velocidade enquanto não definirmos, através do planejamento seguro, quando vamos ficar livres dos combustíveis fósseis"**
>
> ***Alexandre Silveira,*** *ministro de Minas e Energia*

> **É uma meta de longo prazo, complexa e tem de ser tratada com bastante cuidado. O que ficou claro é que o Brasil defende que seja construído um mapa do caminho mundial"**
>
> ***Miriam Belchior,*** *ministra da Casa Civil*

O plano elaborado pelo governo federal também prevê a criação de um grupo de trabalho, o GT Plante, que deve apoiar a implementação dessas diretrizes e será coordenado pelo próprio MME.

"Vamos chegar à COP31, na Turquia, com uma proposta organizada, para que o mundo passe a levar a sério a possibilidade de a gente vislumbrar, mais rápido do que pensava, de a gente diminuir a dependência de combustíveis fósseis no mundo", destacou Lula, durante a reunião do CNPE.

Apesar de não esconder a vontade de o Brasil ser um dos países a liderar a transição energética no mundo, Lula tem que equilibrar a balança com as críticas de organizações ambientalistas que alertam para possíveis riscos com a exploração de petróleo na Margem Equatorial Brasileira.

Mesmo com as críticas, Lula acredita ser possível conciliar o aumento da extração de petróleo com a redução da dependência de combustíveis fósseis. "O Brasil apresenta proposta. Proposta de um país que descobriu o Pré-Sal. De um país que acaba de descobrir possibilidade de muito petróleo na Margem Equatorial Brasileira e, mesmo assim, a gente continua sendo o país que vai levar adiante o debate sobre a diminuição, até a gente poder chegar um dia a sonhar em não precisar mais de combustível fóssil", frisou.

Entre as cinco medidas, o governo estabeleceu novas diretrizes para o mercado de gás liquefeito de petróleo (GLP), o "gás de cozinha", no contexto do Programa Gás do Povo, que permite a recarga gratuita de botijões para famílias de baixa renda. Entre as mudanças, estão o fortalecimento do controle sobre distribuidoras e revendas credenciadas, o acompanhamento das operações e a prevenção de fraudes.